

LIVROS

O ELO PERDIDO DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

O trato dos viventes — formação do Brasil no Atlântico Sul, de Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 526 pp.

Milton Ohata

O Brasil sempre ignora o Brasil, mas de tempos em tempos somos apresentados a nós mesmos graças a livros que saem do prelo diretamente para a prateleira dos clássicos. Nessa linhagem rara, a última interpretação abrangente de nossa historiografia foi a de Fernando Novais (*Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial, 1777-1808*), publicada há pouco mais de vinte anos e que por sua vez aprimora as análises de Caio Prado Jr. em *Formação do Brasil contemporâneo* — a colonização moderna, da qual o país é um resultado, tem um *sentido*: o de alavancar a acumulação primitiva do capitalismo. O *trato dos viventes* dá continuidade ao trabalho de Novais no mesmo passo em que o modifica. Em ambos, a visada incomum que é própria das grandes obras foi alimentada por muitos anos de reflexão e pesquisa, mas o ponto de partida é relativamente simples, embora cheio de conseqüências: na história da América portuguesa o todo não é a soma das partes, ou seja, para compreendê-la não é suficiente juntar as histórias das diversas capitanias (fato que aliás também vale para a história nacional). Assim, a história local é interpretada à luz das *conexões efetivas*, em determinação recíproca, com a história do capitalismo — a qual não é apenas um enquadramento externo, como se vê na maior parte dos estudos nessa área. Esse conjunto formou um sistema estruturado, transcontinental, próprio à acumulação tanto quanto possível rápida e

rendosa em favor da Metrópole. Nele o tráfico negreiro foi imprescindível, pois, além de ramo lucrativo do comércio colonial (e portanto fonte de receitas), garantiu a mão-de-obra necessária para a produção ou extração das mercadorias exportáveis. No plano social, é o tráfico que explica a escravidão e não o contrário. Nesse ponto o trabalho de Alencastro mostra — com uma erudição de atordoar — todo o peso de um fluxo bilateral de mercadorias nativas, doenças, palavras, técnicas de combate e hábitos alimentares entre o Brasil e Angola, o principal porto negreiro africano. Periodiza, multiplica e dá corpo aos enunciados teóricos de mestre Novais.

É este o propósito do capítulo de abertura, no qual o autor, buscando cobrir todo o mapa do Império português, mostra que *o sentido da colonização foi travejado por diferentes aprendizados da colonização*. A história contada pelo livro acontece no descompasso entre o sentido e os aprendizados, pois o sistema colonial não nasceu pronto. Atritando com realidades locais variadíssimas em três continentes, os interesses lusitanos farejam, estranham, aproveitam ou perdem as oportunidades comerciais na corrida da expansão capitalista. Assim, "possuir ou controlar nativos não garantia a transformação do trabalho extorquido em mercadorias agregadas aos fluxos metropolitanos, nem afiançava o surgimento de economias tributárias no ultramar. Uma segunda circunstância sobrevém, agora no plano político. Ainda que o eventual excedente econômico das conquistas fosse captado pelas teias ibéricas, a expansão mercantil não conduzia necessariamente ao reforço do poder monárquico. [...] De maneira que o domínio ultramarino nem sempre desemboca na exploração colonial, como também não instaura de imediato a obediência do colonato e dos negociantes ao poder metropolitano" (p. 12).

Tal dinâmica ocorreu num contexto histórico muito preciso, marcado a ferro e fogo pelo declínio das monarquias ibéricas e pela ascensão das demais

potências européias, notadamente pela primeira das economias modernas, a das Províncias Unidas dos Países Baixos (que não correspondia por inteiro ao território político da atual Holanda). O dado complicador esteve na chamada União Dinástica entre Espanha e Portugal, a qual a partir de 1581 fez do ultramar lusitano uma das peças-chave da geopolítica mundial. O erguimento econômico das Províncias Unidas acontece no embalo de um longo processo de independência política em relação a Madri. Deste modo, feitorias e colônias ibéricas foram ameaçadas ou tomadas por holandeses durante todo o século XVII. Sem forças para resistir a tamanho vagalhão, Portugal vai gradativamente perdendo seu espaço comercial na Ásia. É na vazante do Império do Oriente que as feitorias e colônias lusitanas do Atlântico passam a ganhar importância. A sustentação do pequeno reino europeu dependerá então do espaço econômico constituído por uma zona de reprodução de escravos, na África, e uma zona de produção escravista, no Brasil. Entre elas o tráfico negreiro, no qual os portugueses vinham acumulando uma experiência que antecedia a descoberta da América e que, com o passar do tempo, será mais que apenas comércio. "Realizando a reprodução da produção colonial, o tráfico negreiro se apresenta como um instrumento da alavancagem do Império do Ocidente. Pouco a pouco essa atividade transcende o quadro econômico para se incorporar ao arsenal político metropolitano. [...] o exercício do poder imperial no Atlântico — como também as trocas entre o Reino e as colônias — equaciona-se no âmbito do trato negreiro" (p. 28).

Nesse sentido, a força coesiva do tráfico teria pesado mais que o próprio "pacto colonial", pois o escoamento da produção açucareira dependia do comércio marítimo e este era também o fornecedor da mão-de-obra imprescindível. Creio que nesse ponto o autor ficou devendo uma análise mais detida da associação entre a compra do açúcar e o negócio negreiro¹. Para o Rio de Janeiro seiscentista, Charles Boxer e Vivaldo Coaracy já haviam apontado tal associação, estabelecida desde sempre pela oligarquia dos Correia de Sá. Alencastro parece generalizar esse fato, estendendo-o às demais áreas de produção açu-

careira. Em todo caso, o raciocínio é fundamental para o livro, pois "ao permitir a colonização dos colonos, isto é, sua captura nas malhas metropolitanas, a dinâmica do comércio de escravos modifica de maneira contraditória o sistema colonial. Desde o século XVII interesses luso-brasileiros, ou, melhor dizendo, *brasílicos* — conforme o substantivo que começou a ser usado na época para caracterizar o colonato da América portuguesa —, cristalizam-se nas áreas escravistas sul-americanas e nos portos africanos de trato. Em contraponto ao intercâmbio direto das conquistas com a Metrópole, carreiras bilaterais vinculam diretamente o Brasil à África Ocidental" (p. 28).

Também decorre da União Dinástica um segundo dado em favor do advento do sistema que é assunto do livro. Trata-se da atividade de negociantes portugueses ou luso-brasílicos nos fluxos comerciais das minas de prata em Potosí (hoje La Plata, na Bolívia). Na época a mais importante região do Novo Mundo, sua força centrípeta era tão grande a ponto de atrair negociantes das possessões espanholas nas Filipinas, do outro lado do Pacífico. Acuados no Império do Oriente, capitais portugueses deslocam-se aos poucos para a economia atlântica, irrigando também o comércio de escravos para a América espanhola. Durante anos os contratos de fornecimento para as colônias espanholas eram arrematados por banqueiros e negociantes lusitanos. Por outro lado, e sob as vistas grossas das autoridades locais, Buenos Aires tornou-se o porto subsidiário de Potosí, recebendo à socapa um número crescente de escravos africanos até 1623, ano em que o contrabando é barrado (a artimanha consistia em fazer letra morta a declaração de comerciar escravos destinados ao Brasil, pagando assim taxas mais baixas). O pivô desse comércio situava-se no Rio de Janeiro e um dos poucos vestígios de seu significado gravou-se na praia que em nosso século fez e faz o *marketing* carioca pelo mundo. Na altura do Posto Seis, onde hoje está o forte, resistiu até 1918 — ano de sua demolição — a igreja com uma imagem de traços ameríndios proveniente de Potosí, a de Nossa Senhora de Copacabana (em quíchua, "lugar iluminado"). Veremos adiante que o fato não tem nada de anedótico.

Entre estes dois grandes movimentos de conjunto que marcam a periodização do livro, o refluxo do comércio asiático e a conseqüente ascensão do Atlântico, estrutura-se em larga escala uma atividade a que os portugueses vinham se dedicando desde o século XV em suas primeiras incursões pela África, e

(1) O assunto apenas engatinha na literatura especializada. Ver o ensaio de Jacob Price em *Slavery and the rise of the Atlantic system* (Cambridge University Press, 1991), volume organizado por Barbara Solow e do qual o próprio Alencastro participa.

que passará a ser uma necessidade incontornável da economia do ultramar. Tal processo é descrito no Capítulo 2. O tráfico de escravos tem portanto de abrir caminho na pauta nada irrisória de exportações das sociedades nativas, já que somente no início do século XVIII constituirá a fatia principal da economia africana. Nunca é demais lembrar que o comércio de cativos era uma realidade há muito estabelecida em algumas regiões. Contudo, à medida que cresce o fluxo em direção à América, as rotas interioranas são alteradas, modificando e dinamizando as economias locais. A despeito de vários obstáculos de ordem epidemiológica, geográfica etc, a atividade negreira lusitana desce pela costa ocidental em concorrência com negreiros de outras nações europeias, por Cabo Verde, por São Tomé, num crescendo que encontra as condições mais favoráveis em Luanda, Angola, um porto para o qual convergirão os escravos apanhados terra adentro. A dinâmica própria desse tipo de comércio vai no mesmo passo fazendo surgir novas categorias sociais dentro das sociedades africanas que o praticavam. Assim, por exemplo, "brancos e mulatos apelidados *lançados* ou *tangomaus* varam rios da Alta Guiné permutando fazendas nativas e estrangeiras. Aventureiros, degredados ou cristãos-novos deportados, os *lançados* — correndo por fora do monopólio metropolitano — repercutem o impacto europeu para dentro das praias. Vestindo-se como nativos, entalhando no rosto as marcas das sociedades locais, os lançados foram os primeiros portugueses — os primeiros europeus — a se adaptarem aos trópicos" (p. 48).

O tempo rápido do negócio fazia suas novas criaturas nas dobras das velhas sociedades africanas, mas seu feito maior, a montagem de uma sociedade completamente original na América, foi poderosamente alimentado pelo tempo lento e recorrente da natureza. Os portos negreiros lusitanos situaram-se em latitudes que delimitavam um sistema de correntes marítimas favoráveis para o outro lado do Atlântico, quase sem riscos à navegação da época. Discípulo de Fernand Braudel e de Frédéric Mauro, sensatos praticantes do melhor materialismo geográfico, Alencastro batizou estes ventos de "ventos negreiros". De fato, alheio ao calendário da rota Brasil-Portugal (sentido horário), o roteiro Angola-Brasil possuía um calendário próprio de navegação. Em sentido anti-horário, "o impulso do movimento circular dos ventos e das correntes vem de uma gigantesca roldana de altas pressões, uma engrenagem oculta da história do

Atlântico Sul — o anticiclone de Capricórnio —, estacionando no Oceano entre 15° e 20° de latitude sul" (p. 63). Nesse sentido, no século XVII *o mar não separa continentes* — como supõe uma concepção territorialista da história colonial — mas, ao contrário, os une.

A longa experiência na costa africana e o impulso generoso da geografia marítima fizeram de Portugal a nação europeia mais envolvida no comércio de escravos e de Lisboa a "capital negreira do Ocidente" (Capítulo 3). Durante a União Dinástica, capitais portugueses reciclaram-se do comércio asiático para o atlântico e, entre outras coisas, arremataram todos os *asientos* leiloados por Madri, tirando proveito das limitações próprias ao comércio hispano-americano, que necessitava de cativos africanos mas não tinha a flexibilidade suficiente para suprir a demanda. As rendas advindas do negócio revertem numa ampliação do controle de Lisboa sobre suas possessões africanas, de certo modo reprimindo a pilhagem desorganizada e disciplinando a atividade comercial. Por outro lado, catalisam interesses dispersos à caça de bons lucros. "Agregando consórcios familiares e negócios da corte de Madri até os portos da periferia ultramarina, tais redes cosmopolitas derivam da forma segmentada assumida pela cristalização do capitalismo comercial na Península Ibérica. Resta que, de geração em geração, valendo-se de matrimônios, testamentos e sociedades, personagens importantes das finanças e da política ibérica se envolvem no comércio de escravos de Angola, fazendo transparecer a dimensão globalizante do negócio negreiro no período dos *asientos*" (p. 83). A Restauração portuguesa de 1640 *encontra a máquina negreira, gestada no período anterior, preparada para se concentrar no Brasil*. Nesse ponto podemos ver uma das muitas novidades que decorrem da visada original de Alencastro. Acostumados a considerar a ocupação de Pernambuco pelos holandeses o fato de mais impacto advindo da União Dinástica, presos a uma concepção estritamente territorial de nossa história, só pode nos surpreender o fato de que, "paradoxalmente, a transformação do período filipino que terá maior impacto na América portuguesa ocorre fora do território americano, no outro lado do mar, no apêndice angolano da economia brasileira" (p. 80).

À sombra dos grandes negócios e da política palaciana, adensaram-se no âmbito do trato negreiro as trocas entre Brasil e Angola. Da América, mandioca, milho, conchas, peixe seco e salgado, cachaça,

louças de barro, tabaco, cavalos e marmelada encontravam demanda na África. De lá, entre outros produtos, vieram a banana e um vocabulário que hoje usamos inocentemente mas que não tem nada de inocente. Na cadeia bilateral, estas contudo eram mercadorias *ancilares*, pois "o escambo de escravos encadeia a oferta de uma série de outros produtos africanos. Mesmo com o transporte de camelos no Sahel, de canoas nas redes fluviais da Alta Guiné e da Costa da Mina, e de barcaças nos rios de Angola, o cativo apresentava-se como uma mercadoria capaz de carregar outras mercadorias. [...] Era intensa a atividade das feiras sertanejas angolanas, designadas em quimbundo pelo substantivo que passou a definir no Brasil todo e qualquer pequeno comércio: *kitanda*. Remessas de marfim, cera de abelha (muito apreciada no Brasil para o fabrico de velas), peles, almíscar, cobre, ouro, goma, azeite de palma etc. afluíam aos portos de tráfico, permitindo arredondar os lucros obtidos no carregamento de escravos" (p. 114).

Este caráter *aglutinante* da mercadoria-escravo na África dava um impulso extraordinário ao trato negreiro em direção à economia americana, o qual levava vantagem sobre o apresamento de ameríndios. Vantagem que é analisada no Capítulo 4. Por um lado, uma organização sociocultural "avessa à troca extensiva de escravos", a ausência de um comércio regular de cativos pelo interior, a vulnerabilidade (que em parte já não existia na África) ao choque microbiano e virótico resultante do contato com os colonizadores, a dispersão geográfica das tribos eram fatores que atuavam conjuntamente para atrofiar as possibilidades históricas do trato de ameríndios. Não obstante, ainda aqui a lógica dos negreiros pesava decisivamente. "Excluídos do negócio atlântico de gêneros tropicais, privilégio dos mercadores ligados às casas metropolitanas, os traficantes de índios não conseguiriam exportar os produtos das fazendas, os quais — na ausência de circulação monetária — serviriam de pagamento às compras de escravos nativos efetuadas pelos fazendeiros. Deveriam, portanto, recorrer aos negociantes das praças marítimas para efetuar as exportações. Ora, estes últimos se apresentavam, igualmente, como vendedores de escravos... africanos" (p. 126). Não se trata, contudo, de opor dois modelos de comércio, mas de situá-los em interação recíproca nas estruturas do antigo sistema colonial (a relação tinha sido apontada anteriormente por Afonso Taunay e Fernando Novais). O apresamento de ameríndios era possível mas

em fim de contas incompatível com o sentido da colonização, pois cresce justamente na conjuntura de guerra que marca a história do Atlântico na primeira metade do século XVII, na altura em que estagna o tráfico negreiro. Outra desvantagem comparativa interessava mais à esfera da produção: o efeito da dessocialização que transformava gente em escravos era desigual num e noutro modelo, com vantagem clara para o dos negreiros. "Escravos negros fugidos e recapturados, já familiarizados [como os índios] com os trópicos americanos, perdiam preço no mercado interno, porque passavam a ser considerados fomentadores de revoltas e quilombos. Nas vendas judiciais, a lei incorporava, por razões de segurança pública, a observância do critério de dessocialização. Negros 'filhos do mato' — nascidos em liberdade —, maiores de doze anos, vivendo em Palmares e capturados pelo bando de Domingos Jorge Velho, já não podiam ser vendidos nas capitâneas onde tinham raízes. Deviam ser traficados para o Rio de Janeiro e Buenos Aires" (p. 146). Ainda nesse sentido, ilustrando o trauma do processo de dessocialização, veja-se a notável análise da lenda dos macacos mudos (pp. 151-152).

Outro obstáculo à escravização de ameríndios decorria da dimensão evangelizadora da empresa colonial, em que tiveram papel destacado os padres da Companhia de Jesus, objeto de análise do Capítulo 5. Num raio a princípio tão largo quanto o da expansão capitalista, a pregação dos jesuítas refrata, e mal, no Oriente. No Atlântico, terá de se haver com a lógica do trato negreiro. Sem esquecer os aspectos estritamente doutrinários do catolicismo, Alencastro mostra suas contorsões e, em fim contas, sua compatibilidade com os interesses negreiros — até por questões de sobrevivência material (as fazendas jesuíticas, via de regra as maiores da Colônia, possuíam muitos escravos). "Sem retórica, sem autos célebres nem catedráticos, problemas cruciais sobre o sentido da colonização foram solucionados pelo clero d'além-mar nas regiões e sombras da morte. Como no Índico e no Pacífico, os padres se movimentam em zigue-zague nos mares do Atlântico. Depois de uma derrapada no Congo, eles efetuam um desembarque hesitante em Angola e, enfim, uma investida impetuosa no Brasil" (p. 157). Esse movimento de conjunto, a "evangelização numa só colônia", pressupôs: a) a justificação doutrinária do tráfico negreiro (em que se destacou a figura do padre Baltazar Barreira, finado em Cabo Verde em 1612 após cinquenta anos de

serviços e que, apesar de conhecido como "Santo Velho", não entrou para o hagiolégio da Companhia de Jesus) e b) a priorização da catequese dos ameríndios, fundando uma política pró-indígena no Brasil, em choque com os colonos das áreas não irrigadas pelo tráfico negreiro; tal atividade exigia o descimento dos índios do sertão e sua posterior reunião em aldeamentos à volta dos núcleos coloniais, constituindo também uma barreira militar às fugas de africanos. É nessa equação, resolvida por seus antecessores, que toma corpo e ganha significado a atuação da principal personagem do livro (junto a Salvador Correia de Sá). Lisboa crescido na Bahia, cidadão do mundo e "dono da maior inteligência estratégica do Império luso", o padre Antônio Vieira também glosa em seus sermões o drama dos missionários: o de justificar a escravização de africanos para salvá-los do paganismo. Na análise do sermão XIV do Rosário, pregado em 1633 a negros numa capela de engenho baiano ("Oh se a gente preta tirada das brenhas da sua Etiópia, e passada ao Brasil, conhecera bem quanto deve a Deus e a sua Santíssima Mãe por este que pode parecer desterro, cativo e desgraça, e não é senão milagre, e grande milagre?"), Alencastro conclui, a contrapelo dos estudiosos de Vieira, que não há contradição mas complementaridade entre a defesa do tráfico e a obrigatoriedade do tratamento humano do senhor em relação ao escravo.



Do primeiro capítulo ao quinto, a exposição descreve sincronicamente a formação de um sistema dotado de uma lógica em parte própria e que portanto também tinha exigências em parte próprias. A partir do Capítulo 6 passamos à segunda metade do livro, marcada por uma exposição diacrônica que privilegia a análise de eventos históricos (tempo curto) nos quais se revela a densidade da trama estrutural (tempo longo) descrita com minúcia na primeira metade. Entre acontecimentos e estruturas, o tempo nem curto nem longo da conjuntura então atribulada no Atlântico, um desdobramento periférico da Guerra dos Trinta Anos (1618-48) que assolava a Europa. Alencastro estuda o movimento de conjunto e o espelhamento recíproco do que até hoje vinha sendo estudado parcialmente pelo recorte das histórias regionais: a ocupação holandesa do Nordeste, o ciclo de apresamento de ameríndios em São Paulo e a afirmação dos interesses negreiros no Rio de Janeiro.

No âmbito mais largo do livro, aterritorial, a ocupação de Pernambuco pela Companhia das Índias Ocidentais ganha uma periodização muito mais nuançada, que "deve contar mais duas fases: no início, a guerra de corso no Atlântico (1621-30), e, no final, o contra-ataque lusitano e brasílico em Angola (1648-65). De permeio com essas fases, o embate pelo controle das zonas produtoras escravistas brasileiras e das zonas africanas reprodutoras de escravos age como um revelador dos objetivos polarizados no tráfico negreiro" (p. 190). De fato, já na época a lógica do tráfico tinha força suficiente para fazer orbitar em torno de si o moderno empreendimento colonial dos neerlandeses. O melhor exemplo está na atuação de João Maurício de Nassau, governador do Brasil holandês, que "se assenhoreia de uma base colonial portuguesa cujo modo de exploração o induz a varrer o 'escrúpulo inútil' de seus patrícios e a incorporar o escravismo no cálculo econômico dos burgueses de Amsterdã. Na regressão social que a periferia ultramarina portuguesa impõe à metrópole do capitalismo avançado, a acumulação primitiva cava o seu nicho" (p. 212). De 1641 a 1648 tropas holandesas ocupam Luanda, o principal porto negreiro, sem o qual de nada adiantaria manter o enclave pernambucano. Veremos logo abaixo que o bom sucesso da Restauração pernambucana (1645-54, uma guerra longa), em que a contribuição local foi decisiva (como demonstrou Evaldo Cabral de Mello), também dependeu de uma mobilização fora dos limites da capitania: a que saiu do Rio de Janeiro em 1648 e, numa batalha curta, restaurou Luanda.

Na margem do sistema colonial, a história paulista também é redimensionada por Alencastro. O ciclo de apresamento de ameríndios, que deu à região um estatuto político e econômico próprio, é analisado à luz do tráfico negreiro e em contraponto à afirmação atlântica do Rio de Janeiro. Por outro lado, será decisivo o papel do colonato fluminense na retomada de Luanda, encabeçado pela figura extraordinária de Salvador Correia de Sá. Às voltas com a guerra de fronteira contra a Espanha, Lisboa não dispõe de recursos para a guerra no ultramar. Terá de partir do Rio a força-tarefa para restaurar Luanda. "Memorando submetido à Coroa àquela altura define o estatuto da ofensiva: à diferença das batalhas táticas engajadas em Pernambuco, a guerra africana tinha um valor estratégico — urgia expulsar primeiro os holandeses de Luanda, para fazê-los largar o Brasil. Do contrário, os Estados Gerais se aliariam aos espanhóis para se-

gurar Angola. E Portugal não teria mais como se defender, nem na África, nem no Brasil" (p. 226).

Creio que o Capítulo 7, "Angola brasílica", é o mais original e talvez o ponto alto do livro. Nele sentimos a força do esquema arquitetado pelo autor nos capítulos precedentes. Não há nada parecido na historiografia brasileira. De saída, a lógica férrea do trato negreiro surge num episódio revelador, em que "Diogo Gomes Carneiro recebe a missão de redigir uma 'História do Brasil'. Essa 'História', reunindo anos de pesquisa documental, perdeu-se, deixando nas gerações seguintes de historiadores um pesar que até hoje não se extinguiu. Mas a única referência que dela restou, ganha significado quando se estuda a formação do Brasil no quadro do Atlântico Sul. Por ordem régia, os vencimentos anuais de 200 mil réis alocados ao cronista para a execução da tarefa seriam pagos, em partes equivalentes, por quatro câmaras municipais: da Bahia, do Recife, do Rio de Janeiro e de Luanda. O colonato de Angola, incorporado ao destino do Brasil — do Brasil negreiro, à exclusão das câmaras bugreiras de São Paulo e do Maranhão —, devia contribuir para financiar a redação dessa desaparecida 'História do Brasil'" (p. 248). Como os interesses brasílicos se afirmaram em Angola, a ponto de estabelecer um comércio bilateral que escapava do comércio Portugal-Brasil? Num primeiro momento, entre 1590 e 1630, a mandioca brasileira constitui um fator importante para o avanço sobre os mercados africanos. "O predomínio dos produtos americanos, e em particular da mandioca, na ração negreira barateia o frete entre o Brasil e os portos africanos [...] e facilita a adaptação do africano ao escravismo brasílico" (p. 252). A mandioca vai penetrar pela África e constituir a base alimentar das sociedades nativas. Outro produto importante do comércio bilateral era o zimbo, ou jimbo, usado como moeda na África. "Exportado por Salvador ou pelo Rio de Janeiro, o zimbo baiano saía sem ser tributado — daí não se poderem avaliar as quantidades exportadas —, furando o controle metropolitano português" (p. 252). Mais importante que tudo, porém, foi a cachaça brasileira, o destilado que venceu a concorrência da bagaceira e do vinho portugueses. "Na verdade, as exportações de cachaça ilustram o modo pelo qual o comércio intercolonial sul-atlântico se sobrepõe — desde o final do século XVII — aos interesses de grupos metropolitanos" (p. 307).

Num século em que guerra e comércio estão quase sempre indissociáveis, a conquista definitiva

dos mercados africanos também se deu pela ação predatória dos governadores, via de regra brasílicos, nomeados em Angola. A começar pelo seu restaurador, Salvador Correia de Sá. Virão depois João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros, vitoriosos na luta contra os holandeses. Nesse processo de ampliação do poderio luso-brasílico em Angola travaram-se duas batalhas decisivas, a de Ambuíla (1665) e a de Pungo-Andongo (1671), nas quais o desfecho favorável aos luso-brasílicos deveu-se largamente às táticas, à alimentação e aos armamentos apropriados aos trópicos, enfim, "aos métodos da guerra brasílica" (p. 294), apurados durante a luta contra os holandeses no Nordeste. Resultou que, "em Angola, Portugal ocupava um amplo território drenado por uma rede de feitorias sertanejas de compra e captura de escravos. Único país europeu que empreende operações diretas, oficiais, de caça de africanos, Portugal — econômica e militarmente auxiliado pelo colonato da América portuguesa — obtém na África Central seu maior domínio africano, sua maior reserva de escravos, da qual se serve para desenvolver seus domínios no outro lado do Atlântico: a destruição constante de Angola se apresenta como a contrapartida da construção contínua do Brasil" (p. 325).

"Singularidade do Brasil", capítulo que fecha o livro, traça um amplo panorama do período que sucede à conjuntura de guerra. A normalização dos fluxos comerciais faz emergir o Brasil tal como funcionará até o fim do antigo sistema colonial, com cada coisa em seu lugar. O engate do trato negreiro na economia brasileira sela o destino do apresamento de ameríndios. Populações indígenas passam a ser "apenas um embaraço à expansão da fronteira agropastoril: abria-se a via à sua exterminação" (p. 337). Tal o sentido da chamada Guerra dos Bárbaros (1651-1704). O processo abre caminho para o gado e o repovoamento da América portuguesa. "Ao mesmo tempo que alarga o território colonial, a pecuária traz mudanças mais profundas na sociedade luso-brasílica. A produção sertaneja de carnes avoluma a oferta alimentar nas fazendas e nos engenhos do litoral, facilitando a concentração do trabalho escravo na agricultura de exportação" (p. 341).

No mesmo passo em que os índios eram exterminados, formulava-se a doutrina antiquilombista. Calejado nas coisas do Brasil, contrário a vezes que pregavam a tolerância em relação a Palmares, "é Antônio Vieira quem, mais uma vez, enuncia a lei implacável do escravismo brasílico. Nenhum perdão, ne-

nhuma anistia devia ser concedida aos palmaristas. Senão, de cima a baixo da sociedade colonial, em todas as cidades, todas as vilas, todos os lugares, todos os engenhos, estourariam outros tantos quilombos. Se Palmares perdurasse o Brasil se acabava" (p. 344). Os escravos fujões passam a ser penalizados legalmente. As consequências serão decisivas para a coesão forçada da sociedade colonial, notadamente no que diz respeito aos negros livres. "Para tais pessoas, tais famílias, a melhor garantia à preservação da liberdade consistia em aceitá-la como uma liberdade relativa, prestando serviços ao fazendeiro ou senhor de engenho que reconhecesse e garantisse seu estatuto de não-escravo. Compactuada pela sujeição voluntária, a aproximação dos negros livres à comunidade patriarcal brasileira favorece a mestiçagem biológica, ou seja, a miscigenação entre os dois grupos" (pp. 345-346). A um só tempo inventam-se o mulato, cuja possibilidade de ascensão na sociedade colonial era uma válvula de escape, e também a prática do favor (que adiante, na expressão de Roberto Schwarz, se torna "nossa mediação quase universal").

A descoberta do ouro em Minas Gerais no final do século XVII transforma a colônia de cabo a rabo, agregando pela economia regiões relativamente isoladas. "Mas a emergência do mercado interno oculta o seu apêndice angolano e, numa certa medida, as relações bilaterais que unem a Bahia à Costa da Mina. O brilho do ouro setecentista encobre as cores do século XVII e desfoca o perfil do século XIX. De fato, a Independência traz de novo a evidência do tráfico negreiro e da desterritorialização do mercado de trabalho escravo. [...] a continuidade da história colonial não coincide com a continuidade do território colonial. A transparência intermitente de uma matriz colonial que é distinta da unidade nacional brasileira inverte a cronologia e sugere uma seqüência histórica alternada: o século XIX está mais perto do XVII que do século XVIII" (p. 354).



Estabelecer filiações não é suficiente para explicar a força de um trabalho. No entanto, um livro como este pressupõe acumulação intelectual em larga escala sob o crivo de esquemas que estão no centro da formação de Luiz Felipe. Em 1966 ocorreu-lhe a aventura do exílio. Foi na França que ele impregnou-se do estilo da melhor escola historiográfica deste século, a dos Annales. Aluno de Georges Duby

em Aix-en-Provence, e mais tarde orientando de Frédéric Mauro, Felipe fez suas escolhas sob a grande sombra de Fernand Braudel. Decisiva também foi a convivência com os exilados brasileiros em Paris, notadamente nos almoços diários com Roberto Schwarz, seu companheiro de leituras na Biblioteca Nacional.

De Braudel vamos a seus alunos, discípulos espalhados pelo mundo, cujas obras marcaram Felipe. A Mauro, autor do melhor estudo de conjunto sobre a economia atlântica luso-brasileira no século XVII; a Alice Canabrava, autora do primeiro livro braudeliano escrito no Brasil, *O comércio português no rio da Prata (1580-1640)*, a Vitorino Magalhães Godinho e sua obra monumental; e também a Pierre Verger, que em 1968 publica em francês seu doutorado sobre o comércio de escravos entre a Bahia e a África. Este livro, *Fluxo e refluxo*, é o parente mais próximo do de Luiz Felipe, pois mostrou pela primeira vez que o comércio de escravos para o Brasil era caracterizado pela bipolaridade e dominado pela política decidida do colonato brasileiro. Nos quatro trabalhos combinam-se os elementos característicos da segunda fase dos Annales: a força expansiva e integradora do capitalismo comercial, os diferentes níveis de temporalidade com seus ritmos próprios, o peso considerável dos constrangimentos ou favorecimentos geográficos, tudo num espaço econômico ateritorial.

Creio que daí podem ser feitas ao livro de Luiz Felipe as críticas que um suposto marxista faria a um braudeliano. Sem esquecer os muitos pontos de contato, o marxismo cobraria dos esquemas braudelianos *mais mediações entre os diferentes níveis de temporalidade histórica*, que muitas vezes são apenas organizados em camadas sobrepostas sem contato entre si². Assim, por exemplo, ocorre com a noção de *pacto colonial*, inexistente no livro. Ou com o peso da tributação direta ao comércio de escravos, *em favor da Coroa*, que mereceria um capítulo à

(2) Pesquisador do Cebrap de 1986 até recentemente, Luiz Felipe poderia ter incorporado a produção do marxismo uspiano, que se empenhou em identificar mediações entre a história do país e a história do capitalismo. É o caso, além do trabalho de Fernando Novais, da noção de dependência em Fernando Henrique Cardoso ou da forma literária em Roberto Schwarz. Num plano mais abstrato e geral, na análise dos interesses negreiros ele poderia ter-se valido das considerações de José Arthur Giannotti sobre as identidades sociais, que não seriam apenas um dado positivo como na maior parte dos estudos das humanidades, e, no que toca à historiografia brasileira, dos estudos dos nativismos e identidades regionais.

parte. Em ambos os casos, mediações propriamente ditas, que fazem a colônia ser uma colônia, são apagadas por um recorte que privilegia tão-só a "autonomia" do comércio bilateral e do colonato brasílico. Com esta escolha, Luiz Felipe responde a muitíssimas questões exceto a uma (talvez o x do problema): sendo a Colônia "autônoma" naquilo que lhe era imprescindível, por que continuou durante tanto tempo ligada à Metrópole? A meu ver, é justamente a noção de pacto colonial que ajuda a entender os limites objetivos das trajetórias de Salvador de Sá, João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros. No caso de Salvador de Sá, sua ligação direta com os interesses espanhóis no Prata e sua repressão desmedida à bernarda de 1660 extravasam do lugar que lhe cabe como vassalo da Coroa portuguesa, a despeito da notável folha de serviços prestados. Daí não ser talvez suficiente a explicação sobre a metamorfose de Salvador de Sá de "homem colonial" em "homem ultramarino" (p. 103).

Em que pese a influência de Braudel, *O trato dos viventes* também é tributário da melhor historiografia anglo-saxônica. Devedor, antes de tudo, da obra incomum de Charles Boxer, o grande conhecedor do Império português em língua inglesa, notadamente de seu estudo de 1952 sobre *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. Devedor também da vasta bibliografia sobre o tráfico negreiro (ver o recente *survey* de Herbert Klein, *The Atlantic slave trade*), que sofreu em 1969 uma virada interpretativa graças ao censo de Philip Curtin, balanço decisivo para Felipe. Nessa linha dos trabalhos quantitativos sobre o tráfico, um rastreamento pela historiografia brasileira pode nos levar ao estudo de Maurício Goulart, *Escravidão africana no Brasil — das origens à extinção do tráfico*, de 1949, cujo pioneirismo solitário dá a medida do quanto pesou uma concepção territorialista da história colonial em detrimento de livros de raio mais abrangente, como o de Luiz Felipe.

É nesse sentido que *O trato dos viventes* representa um ganho para o conjunto das ciências sociais brasileiras. Descortinando no passado sua própria genealogia historiográfica, como no caso da *História geral das guerras angolanas* (1680), de Antonio de Oliveira de Cadornega. Desencavando conjuntos documentais extraordinários, com destaque para o *Monumenta missionaria africana*, reunido durante anos pelo padre Antonio Brásio. E, por fim, promovendo um verdadeiro arejamento das historiografias

regionais. Veja-se apenas o sentido novo que o livro confere ao trabalho de pesos-pesados como Evaldo Cabral de Mello (na discussão sobre a relatividade das vitórias luso-brasílicas em Pernambuco ou ainda sobre o desempenho que os restauradores tiveram posteriormente em Angola), Stuart Schwartz (no esclarecimento quanto ao papel da cachaça na formação dos preços dos escravos baianos) e John Monteiro (na delimitação histórica do autonomismo político e econômico paulista).



Tanta observação nova reunida num só livro decorre, é claro, da visada original de Luiz Felipe, e permite compará-lo não só a Caio Prado Jr. e Fernando Novais mas também a outros autores que, notadamente a partir da década de 1930, fizeram da explicação do país, travejado por heranças coloniais, um verdadeiro gênero. O autor prepara mais dois livros que darão continuidade a *O trato dos viventes*, e portanto só daqui a alguns anos será possível uma comparação plena. No entanto, o que temos em mãos não é pouco e permite um olhar retrospectivo e crítico sobre as obras com que nos acostumamos a pensar o Brasil. Salvo engano, elas pertencem a um período otimista da história brasileira, o do desenvolvimentismo, com larga mobilização social vinda de baixo, e cujo ponto de fuga seria um país socialmente integrado. O processo foi abortado em 1964. Hoje os tempos são outros e as perguntas que fazemos ao passado tendem a mudar. A luz crua do trato negreiro, a doce mestiçagem que faz o clima tão peculiar de *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre, muda de sinal e a decorrente ideologia do "luso-tropicalismo" situa-se em definitivo na história, no Brasil, pois na África não tinha como sobreviver. Sérgio Buarque de Holanda, nos seus estudos dos anos 1940 e 1950 (*Monções, Caminhos e fronteiras* e, até certo ponto, *Visão do Paraíso*), muito marcados pelo Modernismo, privilegiava a análise de períodos e situações em que a presença fraca do aparelho da colonização dava aos colonos uma margem considerável de manobra, despiando-se das heranças européias de pouco préstimo num ambiente novo e inventando socialmente a partir do contato com as técnicas de sobrevivência dos nativos. O livro de Luiz Felipe mostra o avesso deste processo — ampliando o sentido dado a ele por Evaldo Cabral de Mello em *Olinda restaurada* —, já que no mesmo período o

contato inventivo, propriamente americano, entre colonos e nativos (as técnicas da "guerra brasílica") servia à bem-sucedida pilhagem do outro lado do Atlântico, em Angola. Um dos pontos altos de *Formação econômica do Brasil* é a análise da integração de regiões por meio da economia da mineração no século XVIII. No clássico de Celso Furtado, tal integração prenuncia um futuro mercado interno que, uma vez plenamente formado, daria ao Brasil a condição de dono de seu próprio destino. Luiz Felipe nota que o século do ouro ofusca o dado fundamental que permite entender os impasses dos séculos XVII e XIX, já que o pulmão da economia brasileira encontrava-se fora dela.

As diferenças que arrisquei não são tudo, pois fica sempre o compromisso do intelectual que não aposta na barbárie, comprometido com a formação do país. Luiz Felipe não escapa à regra — ou melhor, escapa apenas nas conclusões que se podem tirar de seu livro. Por outro lado, em seus artigos na imprensa, que reunidos podem dar um panorama notável deste fim de século brasileiro, fala mais alto o Luiz Felipe impregnado de valores republicanos bem franceses, empenhado em dar densidade histórica ao processo — hoje em aberto — de transformar pelo voto nossa maioria social em maioria política. O trabalho historiográfico de Felipe parece apontar em direção contrária: desde o século XVI a classe dominante brasílica, e depois brasileira, empenhou-se a fundo no tráfico negreiro. Como decorrência, o Brasil foi a colônia e posteriormente o país que mais recebeu escravos (38%, segundo as contas de Philip Curtin). Por muito pouco não adentramos o século XX com a escravidão a fazer parte do nosso dia-a-dia. Dado estrutural como nenhum outro, a escravidão calou fundo ou inscreveu-se em bruto na consciência política e na cultura brasileiras. O leitor não deixará de notar que este livro é fundamental para entendermos a fratura exposta que até hoje nos assombra. Luiz Felipe mostra no fundo que, *garantida pelo comércio a reprodução da força de trabalho em Angola, fora do Brasil, não havia motivos para a nossa classe dominante se preocupar com a reprodução social dos de baixo dentro da colônia e do país*. Daí a "ausência" de revolução burguesa, o caráter inorgâ-

nico da sociedade civil brasileira e a lentidão de nossos processos políticos de ruptura.

Adquire assim seu significado pleno a história da cidade que é certamente a que mais conta para *O trato dos viventes* e os livros que seguirão. De fato, é do Rio de Janeiro — a capital negreira dos Trópicos — que parte em 1648 a força-tarefa capitaneada por Salvador de Sá para tomar aos holandeses o porto de Luanda. O papel crucial da cidade aumenta com o ciclo do ouro, e de 1763 a 1960 ela será sucessivamente sede do Vice-reinado, capital do Império português, centro do Brasil independente. Como diz Luiz Felipe no volume que organizou para a *História da vida privada no Brasil*³, nenhuma cidade brasileira teve ou terá a importância política, econômica e cultural do Rio. Para o nosso imaginário democrático, formado nas lutas abolicionistas e mais tarde no âmbito da era Vargas, a cidade era, e talvez continue sendo, o laboratório da civilização brasileira. Mas no tempo de Machado de Assis o Rio também abrigava a maior concentração urbana de escravos desde o fim do Império romano. Hoje, os bisnetos desses mesmos escravos ameaçam descer o morro — no pior sentido da expressão. Enquanto se espera, os rearranjos no universo dos pobres são reveladores da dimensão mundial do processo. Deu no *Jornal do Brasil* (05/02/2000): numa guerra pelo controle do tráfico de drogas na favela Nova Holanda, em Bonsucesso, um dos grupos rivais valeu-se de mercenários angolanos, armados com fuzis AK-47. Os impasses do Rio são os de um Brasil que poderia ter sido e que não foi. No momento em que as forças desagregadoras do capital mundializado parecem tão ameaçadoramente desproporcionais em relação à idéia agregadora da palavra "nação", fazendo inclusive ressurgir o tráfico de viventes, as frases finais do livro soam duramente realistas: "A história do mercado brasileiro, amanhado pela pilhagem e pelo comércio, é longa, mas a história da nação brasileira, fundada na violência e no consentimento, é curta" (p. 355).

Milton Ohata é doutorando no Departamento de História da FFLCH-USP e bolsista da Fapesp.

(3) "Império: a corte e a modernidade nacional", vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.